



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00002064/2023-04

Assunto: Pedido de Informação - Protocolo SIC.SP nº

SECRETARIA: Secretaria de Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Civil do Estado de São Paulo

EMENTA: Pedido de acesso aos dados das ocorrências registradas de violência de racismo e injúria racial, no município de São Paulo, no período de 2022. Trabalhos adicionais. Não provimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00341/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão forneceu o número total de ocorrências registradas com as naturezas solicitadas e informou que a Lei de Acesso à informação visa à disponibilização de informações e dados já existentes e custodiados pela Administração Pública, não sendo exigíveis dos órgãos públicos trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviços de produção ou tratamento de dados. Em recurso o órgão informou que não possui os dados consolidados em seus bancos de dados e que seria necessário o trabalho de empresa prestadora de serviço de tecnologia para compilação dos dados nos moldes pretendidos. Insatisfeita, a cidadã interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.

3. No caso concreto em análise verifica-se que o órgão explicou que não há funcionalidade que permita a exportação de dados da forma solicitada pela requerente, não sendo possível atender ao pedido tal como formulado de maneira simples e automática, sendo necessário procedimento de extração e apuração especial de dados que geraria trabalho adicional realizado por empresa prestadora de serviços.
4. Desse modo, resta claro que o fornecimento da informação no formato e organização desejados pela interessada exigiria trabalhos adicionais de análise e consolidação de dados, desviando recursos humanos e materiais das atividades finalísticas do órgão demandado, prejudicando o atendimento das demais atividades da unidade.
5. Embora a interessada não tenha solicitado dados pessoais sensíveis, é importante salientar, que a disponibilização da totalidade do banco de dados, sem o trabalho de separação dos campos que deveriam, ou não, ser fornecidos, não seria possível, uma vez que estão inseridas informações pessoais que tem restrição de acesso garantida por lei e devem ser protegidas.
6. Nesse sentido, cumpre esclarecer que o direito de acesso à informação não estabelece a prerrogativa do interessado requerer a produção de toda e qualquer informação, uma vez que a Lei federal 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) não exige dos órgãos públicos trabalhos desproporcionais que impactem significativamente na atividade do órgão ou entidade, entendimento que pode ser observado inclusive, na regulamentação federal sobre a matéria, a exemplo do disposto no Decreto federal nº 7.724, de 16 maio de 2012, que afasta a necessidade de atendimento de pedidos de acesso à informação que comprometam a realização das atividades regulares acarretando prejuízo injustificado aos direitos de outros solicitantes.
7. Desta forma, considerando que o órgão justificou a impossibilidade de extração imediata e automática dos dados solicitados e esclareceu que o eventual atendimento do pedido exige a realização de trabalhos adicionais, conheço do recurso e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20, incisos I a IV, do do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova

manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 11 de outubro de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público -
Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**,
**Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço
Público**, em 11/10/2023, às 15:17, conforme horário oficial de
Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10
de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site